



TERMO DE FOMENTO Nº 88/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E O LAR PAULO E ESTEVÃO

O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas-MG, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representada pela Prefeita em exercício Sandra Cristina Gomes da Silva, brasileira, portadora do CPF nº ***.799.***-**, Carteira de Identidade nº MG-*.198.*** SSP – DF, residente e domiciliada nesta cidade e o **LAR PAULO E ESTEVÃO**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.682.580/0001-84, com sede na Rua Professora Zilma Dos Reis Xavier, nº 367, Coração Eucarístico, nesta cidade de Patos de Minas/MG, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo presidente Vinícius dos Santos Abreu, nacionalidade brasileira, portador do C.P.F nº ***.413.***-**, Carteira de Identidade nº MG-**.523.*** SSP/MG, residente e domiciliado em Patos de Minas, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, regendo-se nas Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.718 de 26/07/2024 e suas alterações, Lei Orçamentária Anual nº 8.775 de 19/12/2024, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 8.776 de 19/12/2024, **alterada pela Lei Municipal nº 8.993 de 12/09/2025**, Decreto Municipal nº 5.889 de 21/01/2025 que reestrutura as regras e os procedimentos para celebração de parcerias entre a Administração Direta e Indireta do Município de Patos de Minas e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e dá outras providências, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; consoante ao processo digital nº **18268-25-PAT-GOV** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais e auxílio) visando a construção de quiosque educativo e equipar cozinha, refeitório, biblioteca e salas de aula, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

Setor de Convênios e Parcerias – Telef. (34) 3822-9645
Email: centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br
Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado

**I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerce suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;



- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) correndo a despesa à conta da dotação orçamentária

R\$131.608,32 (cento e trinta e um mil, seiscentos e oito reais e trinta e dois centavos)

01.08.01.00.08.244.0006.2.0055, UG 01.08.01.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0006, Despesa: 4.4.50.42.0000 – Auxílios Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais (5.615)

R\$ 68.391,68 (sessenta e oito mil trezentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos)

01.08.01.00.08.244.0006.2.0055, UG 01.08.01.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0006, Despesa: 3.3.50.43.0000 – Subvenções Sociais Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais (1.050)

O valor deverá repassado em parcela única

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 000577602024, Op. 1292, Agência nº 0142 – Caixa Econômica Federal**, sujeita à

Setor de Convênios e Parcerias – Telef. (34) 3822-9645

Email: centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br

Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado



identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no período compreendido entre a data do recebimento dos recursos financeiros pela entidade e o prazo estipulado na Cláusula Sexta, discriminando as despesas conforme estabelecido na cláusula primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante OSC



- I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigerá a partir da sua assinatura até **30/04/2026**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto. **Fica estabelecido que, a partir da assinatura deste Termo de Fomento, o prazo de execução informado no Plano de Trabalho é anulado e substituído pelo prazo de vigência aqui informado.**

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;



III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.3 A servidora Andréia Aparecida Soares, matrícula 19734 e Karine Bento Ferreira Nogueira, matrícula: 22818, foi oficialmente designada como gestoras da parceria, conforme estabelecido na Portaria 4.730 de 15 de junho de 2023, alterada pela Portaria 4.747 de 04 de outubro de 2023.

7.4 A Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria foi nomeada por meio da Portaria 4.889 de 25 de setembro de 2024.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.



§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.



§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do resarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o resarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo



plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.



10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

Setor de Convênios e Parcerias – Telef. (34) 3822-9645

Email: centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br

Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado

10/11



13.1 As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos neste instrumento e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

16.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Sandra Cristina Gomes da Silva
Vice-Prefeita Municipal
No exercício do cargo de Prefeita

LAR PAULO E ESTEVÃO

Vinícius dos Santos Abreu
Presidente

88-2025 LAR PAULO E ESTEVÃO - 1050 pdf

Código do documento 5cc42124-8581-48cf-8b4c-25f212b943c1



Assinaturas

Sandra Cristina Gomes da Silva
gabinete@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como parte

Sandra Cristina Gomes da Silva

VINICIUS DOS SANTOS ABREU
v1abreu@hotmail.com
Assinou como parte

Thayse Aular
controladoria@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou

Thayse Aular

Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi
fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou

Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi

Pollyana Geralda Silva Sousa
pollyana@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha

Pollyana Geralda Silva Sousa

Alanna Marta Oliveira Reis
alanna@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha

Eventos do documento

15 Oct 2025, 16:49:52

Documento 5cc42124-8581-48cf-8b4c-25f212b943c1 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-10-15T16:49:52-03:00

15 Oct 2025, 17:21:54

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email: compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-10-15T17:21:54-03:00

15 Oct 2025, 17:24:18

SANDRA CRISTINA GOMES DA SILVA **Assinou como parte** (5b1bc134-a694-45f1-a132-b1a404824524) - Email: gabinete@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 31254) - **Geolocalização: -18.6084918 -46.5102548** - Documento de identificação informado: 719.799.641-49 - DATE_ATOM: 2025-10-15T17:24:18-03:00

15 Oct 2025, 17:24:33

VINICIUS DOS SANTOS ABREU **Assinou como parte** (67e885f1-9801-4321-a15c-d1533e07e65d) - Email: v1abreu@hotmail.com - IP: 191.55.81.5 (191-055-081-005.xd-dynamic.algartelecom.com.br porta: 4084) - **Geolocalização: -18.58151191088158 -46.51912138030472** - Documento de identificação informado: 080.413.686-62 - DATE_ATOM: 2025-10-15T17:24:33-03:00

15 Oct 2025, 18:53:17

POLLYANA GERALDA SILVA SOUSA **Assinou como testemunha** (0395c3c9-d5ce-4ed7-b415-dd7e44867b56) - Email: pollyana@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 56572) - Documento de identificação informado: 077.314.726-80 - DATE_ATOM: 2025-10-15T18:53:17-03:00

16 Oct 2025, 10:40:06

ALANNA MARTA OLIVEIRA REIS **Assinou como testemunha** (91561e2b-a6a1-4868-9b9d-f81250075f7a) - Email: alanna@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 41334) - Documento de identificação informado: 059.408.386-93 - DATE_ATOM: 2025-10-16T10:40:06-03:00

17 Oct 2025, 10:22:24

FABIANA DE SANT ANNA MIRANDA EGUCHI **Aprovou** (26ba4f65-7f78-4c97-8ac3-fac1efa13dd2) - Email: fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 27622) - Documento de identificação informado: 045.083.766-14 - DATE_ATOM: 2025-10-17T10:22:24-03:00

17 Oct 2025, 13:29:29

THAYSE AULAR **Aprovou** - Email: controladoria@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 44278) - Documento de identificação informado: 038.282.666-30 - DATE_ATOM: 2025-10-17T13:29:29-03:00

Hash do documento original

(SHA256):5dbd7d200aed0aee642c8710dba5b77690394c9531cf702254eb57104bc2fdcd
(SHA512):4862fee6e35c5e7e536b2f05f499ffc80bb1b5351dc9ce06ad52a0da981ae2bb6c5575175e652b5366cb615697f19c2b7bcc549da490a3e65a7d94b4c5aceaf6

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Razão Social LAR PAULO E ESTEVÃO – Instituição de Educação e Assistência Social Espírita	CNPJ 16.682.580/0001-84
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Professora Zilma dos Reis Xavier 367	
Bairro Coração Eucarístico	Cidade Patos de Minas/MG
E-mail da Instituição larpauleoestevao@gmail.com	Site da instituição www.lardepaulo.org.br (em construção)
Telefone 1 (34) 3030 1211	Telefone 2 ()
Número da conta corrente: 000577602024 - 3	Agência: 0142
	Banco: CEF
	Operação: 1292

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC

Nome: Vinícius dos Santos Abreu	CPF: 080.413.686-62
Nº RG MG13530758	Órgão Expedidor SSP
Logradouro Rua Osvaldo Vaz de Andrade 141 Apto 301	
Bairro Laranjeiras	Cidade Patos de Minas
Telefone 1 (034) 9 96495758	Telefone 2 ()
	Período de Mandato 11.12.2023 a 11.12.2027
	Telefone 3 ()

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Identificação do Projeto/Atividade Formalização de parceria, com transferência de recursos, entre a Prefeitura Municipal de Patos de Minas e a OSC para construção de quiosque educativo e equipar cozinha, refeitório, biblioteca e salas de aula.	
Período de Execução 06 meses	Nº de Beneficiários que serão atendidos 120 crianças diariamente entre 04 e 12 anos.
Abrangência Patos de Minas - MG Bairros Coração Eucarístico; Jardim Quebec; Angra dos Reis; Residencial Sorriso, Santa Helena e Nossa Sra. de Fátima.	Valor recurso do Município (R\$) R\$ 200.000,00 Valor Contrapartida da OSC (R\$) R\$ 0,00 Valor total(R\$) R\$ 200.000,00

Justificativa

A Entidade tem o compromisso de amparar crianças e adolescentes expostos a situações de vulnerabilidades sócio familiar. Para tanto, oferta suporte pedagógico em oficinas de reforço escolar e em seus projetos sociais em contraturno, integralmente gratuitos, além de pretender ampliar a oferta de serviços para atender o seu público beneficiário. Desse modo, a Instituição carece e equipar com mobiliário adequado as salas de aula, cozinha, refeitório e biblioteca, bem como, construir um quiosque educacional que conclua a primeira etapa da construção da entidade.

Descrição do Projeto/Atividade

- **Breve histórico da instituição:** O LAR PAULO E ESTEVÃO – também designado por LAR DE PAULO, constituído em 11 de dezembro de 2011, sob a forma de associação civil, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e duração por tempo indeterminado, com sede e foro à Rua Profa. Zilma do Reis Xavier, 367 - bairro Coração Eucarístico, no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais. Tem por finalidade promover a gratuidade da educação, a assistência social, o voluntariado, o desenvolvimento econômico e social, o combate à pobreza e a defesa da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos; promover projetos e ações que visem o desenvolvimento equilibrado e saudável de menores em situação de risco social e suas famílias; estimular a parceria, o diálogo local e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais.
- **Principais ações na área de atuação:**
 - oferta de SCFV a crianças, adolescentes e suas famílias;
 - projetos sócio assistenciais de educação parental, promoção de saúde mental e psicossocial;
 - apoio educacional para crianças e adolescentes com reforço ativo, alfabetização e letramento;
 - ações de acesso ao primeiro emprego e ao mundo do trabalho para adolescentes vulneráveis;
 - oficinas de esporte e artes para crianças que estimula o lazer, a cultura e o brincar;
 - oferta de atividades de formação moral, ética e cidadã.
- **Perfil do público beneficiário da entidade:** crianças e adolescentes vulneráveis e suas famílias residentes dos conjuntos habitacionais dos bairros Coração Eucarístico, Jardim Quebec, Residencial Sorriso, Angra dos Reis, Nossa Sra. de Fátima, Santa Helena e adjacências.
- **Capacidade de atendimento atual:** A capacidade de atendimento é de 60 famílias e de 120 crianças e adolescentes.
- **Metodologia de trabalho:** Realiza-se atendimentos psicológicos individuais, quando identificado a necessidade, e atendimentos psicológicos grupais organizados em grupos, de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertencimento e de identidade. Trabalha-se em parceria com o CRAS3 e o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes, logo o FIA.

4. CAPACIDADE TÉCNICA / QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

O Lar Paulo e Estevão possui inscrição no CMAS no. 130, desde 22/02/2018 e no CMDCA, com registro no. 41, desde 21/06/2018.

Celebrou com o Município de Patos de Minas os Termos de Fomento: Nº 61/2017, Nº 50/2019, Nº 18/2020, Nº 15/2021, Nº 41/2021, Nº 02/2022, Nº 43/2022, Nº 02/2023, Nº 22/2023, Nº 09/2024 e Nº 20/2024.

5. SÍNTSE DA PROPOSTA

5.1. Identificação do Objeto (Geral e Específico)

OBJETO: Espaço e mobiliário adequados e adaptados à diferentes dinâmicas, idades e habilidades condigna.

OBJETIVO GERAL:

Construir o quiosque educacional e equipar biblioteca, cozinha escolar, refeitório e salas de aula.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- * Ofertar um ambiente que promova o conforto, a ergonomia e a organização adequados as oficinas, que facilite trocas entre atividades individuais e em grupo e adaptando-se a diferentes idades e habilidades.
- * Prevenir o déficit de natureza com a construção do quiosque;
- * Atender, com a aquisição de mobiliário, a legislação vigente.

5.2. Resultados esperados

A conclusão da 1ª fase de construção da Entidade que viabilize as condições necessárias para a oferta das oficinas socioassistenciais e a instauração de atividades pedagógicas de qualidade, conforme preconiza Montessori, José Pacheco e Rubem Alves.

5.3. Metas

- * Concluir o quiosque em 06 meses;
- * Equipar a cozinha em 03 meses;
- * Equipar a biblioteca em 03 meses;
- * Equipar uma cantina e três salas em 02 meses.

5.4. Público beneficiário

120 crianças entre 04 e 12 anos, expostas a situações de violências sócio familiar, prioritariamente encaminhadas pelo CRAS3, residentes nos Bairros Coração Eucarístico, Jardim Quebec, Angra dos Reis, Residencial Sorriso, Santa Helena e Nossa Sra. de Fátima.

5.5. Forma de execução das atividades

- * Contratação de prestador de serviço, que execute 100% do serviço de mão de obra na construção do Quiosque Educacional.
- * Equipar integralmente 03 salas de aula, 01 biblioteca e 01 refeitório pela aquisição des mobiliário com ao menos 05 anos de garantia e que atendam as recomendações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- * Equipar a cozinha da Entidade com mobiliário planejado conforme as exigências da vigilância sanitária, SEMED e SRE, através da contratação de empresa que execute o design definido pelo arquiteto.

5.6. Indicadores, formas de aferição dos cumprimentos das metas

- * Registro fotográfico e ou visita *in locu*;
- * Planta baixa do quiosque;
- * Notas fiscais e comprovantes de pagamento.

5.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Formação	Função	Carga horária semanal

6. PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	
Material de Consumo	
Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica	R\$ 68.391,68
Aluguel/Locação	
Materiais Permanentes e Obras	R\$131.608,32
TOTAL	R\$200.000,00

6.1 Detalhamento das despesas

6.1.1 Pessoal e Encargos Sociais

Item	Especificação/Nome	Cargo	Qtde/ mês	Valor mensal	Valor Total da despesa
	Subtotal				

6.1.2 Material de Consumo

Item	Especificação	Qtde/ mês	Qtde /produto	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01						
	Subtotal					

6.1.3 Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica

Item	Especificação	Qtde/ mês	Qtde /profis- sional	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Mão de obra construção de quiosque	05	01	-	R\$12.835,204	R\$ 68.391,68
	Subtotal					R\$ 68.391,68

6.1.4 Aluguel/Locação

Item	Especificação	Qtde/mês ou evento	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
	Subtotal				

6.1.5 Equipamentos/materiais permanentes e obras

Item	Especificação	Qtde /mês	Qtde /material	Valor Unitário	Valor Total da despesa
01	MESA INDIV C/PL 60(L) X 45(P) X 59(A)	01	08		R\$ 4.865,14
02	CADEIRA ALT. ASS. 35 CM	01	08		R\$ 2.535,82
03	MESA INDIV C/PL 60(L) X 45(P) X 64(A)	01	08		R\$ 4.914,70
04	CADEIRA ALT. ASS. 38 CM	01	08		R\$ 2.577,12
05	MESA INDIV C/PL 60(L) X 45(P) X 64(A)	01	08		R\$ 4.914,70
06	CADEIRA ALT. ASS. 38 CM	01	08		R\$ 2.577,12
07	MESA INDIV C/PL 60(L) X 45(P) X 64(A)	01	08		R\$ 4.914,70
08	CADEIRA ALT. ASS. 38 CM	01	08		R\$ 2.577,12
09	MESA INDIV C/PL 60(L) X 45(P) X 71(A)	01	08		R\$ 4.939,48
10	CADEIRA ALT. ASS. 43 CM	01	08		R\$ 2.849,70
11	MESA REFEITORIO 220(L) X 77(P) X 64(A)	01	01		R\$ 2.068,09
12	BANCO REFEITORIO 220(L) X 29(P) X 38(A)	01	02		R\$ 2.779,49
13	MESA REFEITORIO 220(L) X 77(P) X 71(A)	01	01		R\$ 2.068,09
14	BANCO REFEITORIO 220(L) X 29(P) X 43(A)	01	02		R\$ 3.124,34
15	CADEIRA PROFESSOR ALT. ASS. 46 CM	01	04		R\$ 1.470,28
16	MESA PROFESSOR 120(L) X 65(P) X 76(A)	01	04		R\$ 9.606,38
17	MESA P/CADEIRANTE C/G 90(L)X76(A)X60(P)	01	04		R\$ 3.729,39
18	MESA REDONDA BIBLIOTECA Ø 120 X 76(A)	01	02		R\$ 2.882,74
19	CADEIRA BIBLIOTECA ALT. ASS. 46 CM	01	10		R\$ 3.675,70
20	MESA REDONDA BIBLIOTECA Ø 120 X 59(A)	01	02		R\$ 2.882,74
21	CADEIRA BIBLIOTECA ALT. ASS. 35 CM	01	10		R\$ 3.169,77
22	ESTANTE BIBLIOTECA 92(L) X 99(A) X 45(P)	01	06		R\$ 11.528,89
23	ESTANTE P/BIBLIOT 92(L) X 182(A) X 45(P)	01	05		R\$ 15.301,65
24	MOCHILEIRO 122(L) X 142(A) X 45(P)	01	04		R\$ 11.526,83
25	QUADRO FORMICA 220X120 CM	01	04		R\$ 8.324,00
26	Armário de cozinha	01	01	R\$ 9.804,34	R\$ 9.804,34
Subtotal				R\$131.608,32	

TOTAL GERAL	R\$200.000,00
--------------------	----------------------

***Observação:** 1- cada fornecedor tem sua forma própria de descrever o que foi solicitado, não sendo possível a alteração da descrição de cada qual; 2-os valores fornecidos em cada orçamento estão condicionados com a aquisição de todos os itens.

7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO (R\$)

REPASSE(S) DO CONCEDENTE 2025					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL

A Prestação de Contas Parcial e Total serão apresentados dentro da periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, de acordo com as parcelas liberadas e a Prestação de Contas.

9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas – MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

Em 31 de maio de 2025.

Vinícius dos Santos Alencar *Dwara Josey de Oliveira Britto*

Assinatura do Representante Legal (Presidente)

Assinatura do Tesoureiro da OSC

10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG), de .

Assinatura Administrador Público - Secretário Ordenador da Despesa

plano_out251759781201574.pdf

Código do documento 4948588d-9b89-4825-8f36-505d6c5d9edd



Assinaturas



Elisângela Luisa Fernandes

elisangela.fernandes@patosdeminas.mg.gov.br

Assinou

Elisângela Luisa Fernandes

Eventos do documento

08 Oct 2025, 11:34:22

Documento 4948588d-9b89-4825-8f36-505d6c5d9edd **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-10-08T11:34:22-03:00

08 Oct 2025, 11:44:10

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email: compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-10-08T11:44:10-03:00

08 Oct 2025, 14:00:55

ELISÂNGELA LUISA FERNANDES **Assinou** - Email: elisangela.fernandes@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.150 (138-0-64-150-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 15720) - **Geolocalização:** -18.599457380764495 -46.53404383539235 - Documento de identificação informado: 058.879.486-47 - DATE_ATOM: 2025-10-08T14:00:55-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a69615f19f90ca86854af4693cd5317e2af6d441a926adea528fc191925421063
(SHA512):b235bcd473875ce88126dbd723cae24ec4545800c319e664be69eee3c5d4e816962153088ce3fc3e7a177b774b15eeb2bb28d2344d03ceded5c2320c99cb71

Hash do documento anexo

(SHA256):e1dcba6b28f3b04b7e6dccbceb36a214c3e4e61d97a4df45863be82b9f429e021
(SHA512):b12c41864b4354a9c7e2f59fd1c3486ea0a0a1ce7057eb4e44ccf81160895b0a033ada7abe2450d1e90157e4970116495e2f1a4922d103772fbfdc9c88275db8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

Patos de Minas, Sala da Fiscalização Tributária, 15 de outubro de 2025.

Mayron Cristhian Batista
Fiscal Tributário – Mat. 27.633

João Batista Caxeta Tiburcio
Gerente de Atendimento Tributário – Mat. 3.811

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Com fundamento nos arts. 9º, 13, 18 e 18-A da Lei Complementar 123/2006 e arts. 4º, 16, 25, 26, 93, 94, 100, 101, 115 e 116 da Resolução 140/2018 do Comitê Gestor do Simples Nacional, considerando o desenquadramento do SMEI, os contribuintes abaixo identificados, deixaram de ter direito ao tratamento diferenciado e tiveram suas isenções anuladas, se submetendo ao cumprimento das obrigações acessórias previstas para os demais optantes pelo Simples Nacional, caso permaneçam nesse Regime.

O Município de Patos de Minas, através da Secretaria de Finanças e Orçamento, em cumprimento ao disposto no artigo 21 da Lei nº 2.550, de 22 de dezembro de 1989 – CTM, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados do lançamento da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento, lançada na forma da Lei Complementar nº 180, de 18 de novembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 205, de 30 de dezembro de 2003; dos exercícios 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, nos prazos e formas que estabelecem os Decretos nº 5.009/2021, 5.164/2021, 5.390/2022, 5.633/2023 e 5.872/2024.

Ficam cientificados os contribuintes de que o prazo para reclamação contra os lançamentos ora notificados, é de 10 (dez) dias, contados da publicação do edital no órgão oficial, conforme artigo 96 da Lei nº 2.550/89, de 22/12/1989 e artigo 45 da Lei Complementar nº 204, de 22/12/2003, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 631, de 26 de outubro de 2020.

Patos de Minas, 15 de outubro de 2025.

Contribuinte: RUBENS SOARES SILVA 07346240693

CNPJ: 32.207.568/0001-74

Responsável: RUBENS SOARES SILVA

CPF: 073.462.406-93

Notificação de Lançamento - Exercícios: 535/2025 - 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025

Reginaldo Saulo de Andrade
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Mayron Cristhian Batista
Fiscal Tributário – Mat. 27.633

Secretaria Municipal de Governo

Expediente

Termo de Fomento nº 88/2025, Organização da Sociedade Civil: Lar Paulo e Estevão, Objeto: decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais e auxílio) visando a construção de quiosque educativo e equipar cozinha, refeitório, biblioteca e salas de aula, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Assinatura: 17/10/2025, Vigência: 30/04/2026. Patos de Minas, 20 de outubro de 2025. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita em exercício.

Secretaria Municipal de Saúde

Expediente

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 119/2025 – PROCESSO Nº. 312/2025 – Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de mapeamento de áreas, identificação e profilaxia de focos de reprodução do mosquito aedes aegypti, utilizando drones. Limite de acolhimento das Propostas: Dia 05/11/2025 às 07:59 (sete horas e cinquenta e nove minutos); Início da Sessão de Dispura de Preços: Dia 05/11/2025 às 08:00 (oito horas). Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o

horário de Brasília (DF). O Edital completo encontra-se disponível nos sites: <http://www.transparencia.patosdeminas.mg.gov.br/paginas/publico/lei12527/licitacoes/consultarLicitacao.xhtml?tipo=int>, www.licitanet.com.br e https://pnpc.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&página=1. Maiores informações, junto à Secretaria Municipal de Saúde de Patos de Minas à Rua Ana de Oliveira, nº 645, – Centro– Patos de Minas/MG, CEP 38.700-006. Fone 34 3822 9801.

EXTRATO DE TERMOS DE APOSTILAMENTO // 1º TERMO DE APOSTILAMENTO a todas as atas do Pregão Eletrônico nº 89/2025. Objeto: correção do número do processo digital e do número do processo licitatório constantes nas Atas do Pregão Eletrônico nº 89/2025, em razão de correção de erro material identificado nos documentos originais, conforme segue: Onde se lê: Processo Digital nº 12467-25-PAT-SMS, leia-se: Processo Digital nº 24101-25-PAT-SMS; Onde se lê: Processo Licitatório nº 136/2025, leia-se: Processo Licitatório nº 219/2025, conforme processo nº 33784-25-PAT-SMS. Data de assinatura: 17/10/2025. Patos de Minas, 17 de outubro de 2025. Sandra Cristina Gomes da Silva- Prefeita em exercício.

Atos Oficiais – CONSELHOS MUNICIPAIS

Conselho Municipal de Política Urbana

Ata da 123ª (Centésima vigésima terceira) Reunião Extraordinária do COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana de Patos de Minas.

Às 9h30min do dia 12 (doze) de agosto de 2025, foi realizada a 123ª (centésima vigésima terceira) reunião do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), nas dependências da CEAM Mocambo, entrada pela Rua Francisco Faria. Estiveram presentes, como membros titulares do Governo Municipal, o Secretário Hamilton Francisco Silva, Marina da Mota Pereira, Flávio Henrique da Silva e Sophia Lorena Pinto Vieira, acompanhados dos suplentes Danilo Andrade Guerra, Odair Carlos Pereira e Pablo Roberto da Costa. Representando a Sociedade Civil, participaram os conselheiros titulares Caio César Gonçalves, Virgílio Ferreira Queiroz Borges, Adriana Maria Ribeiro e Vinícius de Paula Melo. A reunião foi aberta pela Vice-Presidente Sophia, que constatou a existência de quórum, agradeceu a presença de todos e solicitou a leitura da ata da reunião anterior, realizada por Marina da Mota Pereira e aprovada por unanimidade. Na sequência, deu-se início à pauta. Sobre a legislação referente aos chacreamentos, Hamilton informou que o material foi encaminhado ao grupo e ficará disponível por um mês para análise de todos, de modo que possa ser discutido na próxima reunião. Em seguida, foi tratado o processo de desapropriação nº 3025-2025, referente à Gazim Indústria de Colchões LTDA. Marina relatou que encaminhou o processo à conselheira Adriana, responsável pela relatoria, a qual apresentou parecer favorável à aprovação. Hamilton destacou que a empresa já se encontra em fase de construção, com termo de acordo assinado pelo herdeiro direto, Sr. Rogério, autorizando o início das obras, cuja conclusão está prevista para novembro de 2025, ressaltando ainda que a CEMIG já autorizou o melhoramento da rede elétrica local. Sophia questionou se a unidade se dedicará apenas à montagem dos colchões, ao que Hamilton esclareceu que, em um primeiro momento, haverá fabricação e montagem em uma área de 20.000 m², com possibilidade de futura expansão. Na sequência, Caio perguntou se a ampliação já estava prevista na área desapropriada, sendo confirmado por Hamilton. Caio indagou também se a região será destinada a distrito industrial, ao que Hamilton respondeu que está em andamento uma revisão da legislação do perímetro urbano e estudos para melhorias nos trevos ainda no ano de 2025, em conjunto com a legislação de chacreamento. Por fim, Hamilton reforçou que o arquivo da legislação de chacreamentos permanecerá disponível para conhecimento e sugestões de todos os membros. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10h15. Eu, Marina da Mota Pereira, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada por todos os presentes, será encaminhada para publicação no Diário Oficial do Município de Patos de Minas.

Patos de Minas, 12 de agosto de 2025.

Ata da 124ª (Centésima vigésima quarta) Reunião Extraordinária do COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana de Patos de Minas.

Às 9h19min do dia 09 (nove) de setembro de 2025, foi realizada a 124ª (centésima vigésima quarta) reunião do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), nas dependências da CEAM Mocambo, entrada pela Rua Francisco Faria. Estiveram presentes, como membros titulares do Governo Municipal, Marina da Mota Pereira, Flávio Henrique da Silva, Antônio da Silva Teles e Sophia Lorena Pinto Vieira, também estava presente o Engenheiro Sanitarista da Secretaria de Planejamento Gustavo Augusto Caixeta Burgo. Representando a Sociedade Civil, participaram os conselheiros titulares, Virgílio Ferreira Queiroz Borges, Maria Cristina Tolentino Pereira, Marcelo Vilela Ferreira, Adriana Maria Ribeiro e Marcelo Ferreira Rodrigues. Acompanhados de seus suplentes, Marcelo Malheiros

